

CASA, DESPEJO E CULTURA DO HABITAR

*Doraci Alves Lopes**

Dependente da memória e do esquecimento, a identidade - essa misteriosa ilusão necessária, constitutiva da ação - não é algo que permanece inalterado ao longo do tempo, mas se refaz e se confirma no presente da ação. Daí talvez a pluralidade dos novos sujeitos sociais, a multiplicidade de suas inúmeras facetas, a fragilidade e a força de suas inúmeras intervenções no espaço público.

José Carlos Bruni¹

Resumo: O objetivo é discutir a presença de uma ética do habitar entre trabalhadores urbanos sem teto, em uma realidade social de despejos individuais ou coletivos, e de desemprego, elementos geradores da pobreza que caracterizam o modo de vida provisório de trabalhadores sem teto. A proposta é questionar ainda a invisibilidade de suas experiências sociais e as representações dominantes sobre o habitar. Outro objetivo é apontar a necessidade das ciências sociais desenvolver estudos mais sistemáticos sobre estes temas em uma sociedade complexa como a brasileira.

Palavras-chave: despejo; ética do habitar; trabalhadores sem teto.

I. DIREITO A HABITAÇÃO E FAVELAS

Nosso interesse pelos movimentos sociais e habitação começou no final dos anos setenta em Campinas (SP). Primeiramente, no jornal *Repórter da Região* e, quase em seguida, também no *Movimento da Assembléia do Povo (ASP)*, que reunia representantes de bairros, favelas e os mais diferentes grupos e questões políticas de oposição à ditadura, conjuntura chamada de “abertura política” pelo governo militar.

* Professora de Sociologia do Curso de Ciências Sociais, PUC-Campinas

¹ Bruni, 1993, p.91.

O fim da liberdade de imprensa e de pensamento, fez com que surgissem jornais alternativos tablóides, conhecidos como “nânicos”, fundamentais em todo o país, mantendo em circulação idéias, críticas e análises sobre a conjuntura nacional e internacional, como o *Bondinho*, *Opinião*, *Movimento*, *Mulherio*, além de outros mais locais.

Muitas vezes, apreendidos em suas tiragens, sobreviveram vários anos com a contribuição financeira voluntária dos setores intelectuais e democráticos do país. O jornal *Repórter da Região* (Fernandes & Oliveira, 1980) procurou cumprir este papel no município e região, cobrindo diversos movimentos sociais, principalmente os de periferia, não mencionados pela imprensa da cidade.²

A luta pela redemocratização do país teve uma expressão local própria e foi essencial para a consolidação de certas práticas sociais coletivas, que repercutem até hoje na história de Campinas e região. Participavam deste cenário de emergência política, profissionais liberais, trabalhadores e sindicatos, donas de casa, Sociedades Amigo de Bairro (SABs), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs de saúde, educação, habitação, etc.), professores e estudantes universitários da Puc-Campinas e da Unicamp, entre outros importantes setores sociais.³

Esta efervescência política, e também cultural, permeada de encontros, debates e assembléias públicas criou, a partir de 1978, uma pauta de discussões diretas com os poderes constituídos locais e influenciou, decisivamente, o voto popular de oposição na cidade até meados dos anos 80.

O movimento da *Assembléia do Povo* (1979-1986), durante toda a sua existência, reunia-se na Cúria Metropolitana de Campinas e foi agregando reivindicações, propostas de organização e lideranças populares. As CEBs exerciam um papel decisivo em todos os movimentos sociais do país, naquele período.⁴

O movimento da ASP, depois de um ano, passa a ser reconhecido como um coletivo organizado de favelados da cidade, ameaçados de despejos indiscriminados.⁵

Acompanhamos esta singular experiência política durante seis anos, que acabou transformando-se também em indagação acadêmica, resultando na dissertação de mestrado *O Movimento da Assembléia do Povo e a crítica da “Marginalidade”* (Lopes, 1988) posteriormente revisada para a publicação do livro *Marginais da História?* (Lopes, 1997a)

O objetivo foi resgatar a memória, o debate público e detalhar o projeto do movimento para as favelas de Campinas, as contribuições técnicas e políticas de

² “Movimento do custo de vida: um milhão de pessoas pedirão abono salarial e o fim da alta do custo de vida”. *Repórter da Região*. Campinas-SP, ano 1, n.1, 1978, p.3.

³ “Quinta Assembléia do Povo: o prefeito viaja”. *Repórter da Região*. Campinas-SP, ano 2, n.11, nov. 1979, p.4-5.

⁴ “Ação Pastoral e movimentos populares: texto base para Seminário de mesmo tema.” *Comissão Arquidiocesana de Apoio aos Movimentos Populares*. 20 e 21/03/81.

⁵ “Barracos: a luta pela Terra”. *Repórter da Região*. Campinas-SP, ano 3, n.12, jul. 1980.

personalidades e de reconhecidas entidades do país, como por exemplo o jurista Dalmo Dallari ou o cardeal de São Paulo, Dom Evaristo Arns.⁶

O centro da análise, da perspectiva do conceito *novos movimentos sociais* (Paoli et al 1984; Sader, 1988), foi o de reconhecer os favelados como sujeitos desta história coletiva, liderados por associações de moradores, que surgiram no decorrer do movimento da ASP. Em todo o período de duração do movimento, os favelados foram desqualificados insistentemente em sua cidadania, pelos mais diferentes argumentos e setores sociais da cidade.

Esta visão de mundo podia ser respaldada até mesmo em certas teorias sociais, por isso recuperamos determinados discursos da *teoria da marginalidade*. Estes discursos acadêmicos dominaram as interpretações com conceitos como *populações marginais* ou *populações atrasadas*, quando referiam-se às diversas exigências do modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado no país, durante várias décadas. Estes conceitos já tinham sido superados pela crítica intelectual na época da ASP, mas a visão dominante sobre migrantes pobres nas cidades permaneciam inalterada, aliás como até hoje.

A partir da perspectiva dos sujeitos da experiência, Durham nega a inadequação dos padrões culturais dos migrantes para a vida conforme a organização social moderna. Segundo a autora, inadequada é a ordem institucional através da qual se implanta a modernização no Brasil. Na ótica da modernidade, a conduta dos setores populares é inadequada à sociabilidade urbana. Do ponto de vista das condições de vida dos setores populares, as instituições urbanas são inadequadas à organização e expressão de suas experiências de vida. (Garcia, 1994, p.165-166)

Apresentamos ainda, em *Marginais da História?* (1997), um balanço mais atualizado dos resultados práticos alcançados pelos projetos de urbanização e os limites da luta pela posse definitiva da terra nas favelas no município.⁷

São vários os estudos e publicações de teses, livros e artigos que resgatam a memória, o debate político e detalhes do projeto habitacional do movimento social dos favelados de Campinas. (De Paoli, 2000; Dagnino, 1994; Berlinck, 1988; Sader, 1985; Taube, 1986; Transferetti, 1987; Jacobi, 1982; Que história é essa?, 1984; A força que nasce de nós: a luta nos bairros vista por quem dela participa, 1982)

2. CASA E CULTURA DO HABITAR: O DESAFIO DOS DESPEJOS

Nosso próximo passo de investigação foi repensar o tema movimentos sociais e direito a habitação nos anos 90, numa conjuntura política muito diferente

⁶ Exemplos de apoios de entidades: ABRA, IAB, ABI, CNBB, Comissão Pastoral da Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

⁷ Segundo dados oficiais, entre 1984 e 1995 foram desafetadas 56 favelas, o que significa que nesta época estas áreas estavam em algum estágio do processo de regularização jurídica e de urbanização das áreas, antes ilegais, devido à organização de seus moradores.

daquela vivida na década anterior. Decidimos discutir as conseqüências sociais dos reiterados processos de perda da moradia urbana de trabalhadores sem teto, e como estas experiências afetam sua *ética do habitar* em ocupações urbanas. (Lopes, 1997b)

Discutimos na análise dos trabalhadores favelados da ASP as experiências de vida elaboradas durante dez, quinze, ou mais de vinte anos de moradia, em áreas ilegais da cidade.

As ocupações urbanas das últimas décadas, por sua vez, possuem algumas características sociais diferenciadas, embora não sejam claramente visíveis. Em Campinas, as favelas urbanizáveis estão previstas por lei, conhecida nas favelas como *Lei da Terra*, desde a existência da ASP, embora os projetos PUEs - Planos de Urbanização Específica - estejam paralisados há anos.

Os trabalhadores sem teto do município, no entanto, não podem reivindicar esta solução jurídica. Os conflitos entre estes dois grupos sociais pela disputa do atendimento público, infelizmente, se tornaram comuns.⁸

A intensificação das ocupações urbanas levou a administração municipal J. Bittar (1989-1992), propor uma política de “loteamentos populares urbanizados”⁹ que prevê a transferência das ocupações para áreas legais financiadas, mas completamente precárias em infra-estrutura, como é o caso do Loteamento Vida Nova, no bairro Mauro Marcondes, implantado sem escolas, creches, postos de saúde, água encanada, etc. Este modelo de política habitacional foi seguido pelas administrações seguintes.

Na verdade, a maioria dos moradores de ocupações urbanas, ficam à mercê de despejos arbitrários, juridicamente conhecidos como “reintegração de posse”, sem poder assumir o financiamento de um lote popular, devido a vários critérios de “cadastramento”, alguns bastante discriminatórios. E, quando são aprovados, não conseguem se manter por muito tempo como mutuários devido ao modo de vida provisório, expresso pela miséria e exclusão social.

O modo de vida provisório do ponto de vista da discussão da habitação pode ser sintetizado como processos sociais reiterados de despejos. Curiosamente a palavra despejo nos dicionários está definida com significados semelhantes àqueles encontrados nos depoimentos dos trabalhadores sem teto, ao elaborarem certas imagens de vivências desalojadoras de moradia.

... ato ou efeito de despejar; aquilo que se despeja; lixo; dejeção; livrar do estorvo; desocupar; evacuar; deixar a casa, o lugar. (Novo Aurélio Básico da Língua Portuguesa, 1995; Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 1979)
... Desabrigar; tirar o abrigo a; deixar exposto ao tempo ... Desamparar;

⁸ “Invasores furam fila de benfeitorias. Favelas têm projetos de urbanização esquecidos”. *Diário do Povo*. Campinas-SP, 11 de março de 1998.

⁹ Lei Orgânica do Município, 1990.

desproteger; abandonar. ... Exposto às intempéries. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1986)

O debate e a pesquisa acadêmica demonstraram que a “solução” de desfavorecimento do BNH foi um engodo nacional notório, sem falar das constantes denúncias de corrupção no setor. Os favelados não conseguiram se transformar em “cidadãos”, ou seja, pagar pela cidadania, serem proprietários legais de suas moradias. Transferiam seus financiamentos ‘populares’ para terceiros, ou foram despejados, e voltavam para as favelas, desacreditando em projetos populares de moradia impostos. (Valladares, 1980)

Atualmente o Brasil conta com experiências internacionalmente reconhecidas em projetos habitacionais democráticos porque os movimentos populares efetivamente modificaram muitas políticas públicas, avançando na direção de uma gestão social mais participativa. (Bonduki, 1997; Fischer, 1997)

Entretanto, os problemas sociais que se acumulam nesta área ainda deixam muito a desejar diante da crescente demanda por moradia, agravada pela recessão econômica e a crise de emprego no país, além de outros fatores políticos e sociais no setor da habitação.

Um dos resultados da nossa pesquisa, de acompanhamento de um grupo de trabalhadores sem teto, numa ocupação urbana recente (Vila Lúcia), surgida e transferida no ano de 1994 para o loteamento Vida Nova, foi frustrante. Um ano após a mudança, não pudemos retomar nenhuma das entrevistas previstas, uma vez que os ex-ocupantes não foram mais localizados nos lotes “populares” geridos pela Prefeitura/Cohab e financiados por uma empresa privada.

Apesar da fragmentação e diversidade das experiências das ocupações urbanas em Campinas, e no país, consideramos este fenômeno, em seu conjunto, como *movimentos sociais*, porque dependem muito de organização coletiva anterior. O objetivo é preparar e conquistar algum nível de negociação e resistir política e fisicamente durante a permanência na ocupação. Raramente bem sucedidas, as ocupações urbanas terminam quase sempre em despejos. Isto está posto o tempo todo, concomitantemente ao fato dos sem teto pensarem muito nos exemplos daqueles ocupantes que conseguiram uma inserção legal na cidade através de algum movimento de ocupação urbana.

Existem lugares, vamos supor, favelas que são áreas particulares. Então, a Prefeitura juntamente com a Cohab faz a negociação com o dono da terra. Se não, o caso é de despejo mesmo. João¹⁰

Lá foi ocupado há muito tempo atrás. Eu acho que faz mais de vinte anos. É bem dividido. Eles mesmos que se organizaram, à maneira deles. José¹¹

¹⁰ João, um dos líderes da ocupação da Vila Lúcia, desempregado, companheiro de uma trabalhadora da direção do Sindicato das Domésticas em 1994.

¹¹ José, trabalhador informal, pai de duas crianças pequenas, companheira desempregada. Relatou vários despejos, inclusive da casa de parentes. Distinguem o despejo legal do ‘sentir-se despejado’, experiência tão grave quanto o despejo formal.

Porém, a visão de mundo conservadora desconsidera estas tentativas de luta por cidadania e a possibilidade de qualquer cultura, ética ou valor moral possível na situação de pobreza, base para a organização política que estes sujeitos sociais constroem no cotidiano das lutas por moradia.

Sabemos que a maneira tradicional para se negar a cidadania a estes setores populares é associá-los exaustivamente à idéia de violência. Consagrados estudiosos no Brasil já apontaram a estreita vinculação estabelecida pelas elites do país entre a idéia de *classes pobres* com a de *classes perigosas*, desde o século XIX, influenciadas pelas práticas das políticas públicas européias que há muito já a utilizavam contra os operários, especialmente durante as reformas urbanas. (Bresciani, 1986)

Entre nós o século XIX foi chamado de “século dos cortiços”, e o século XX considerado “o das favelas”. A questão era combater a *vadiagem*, a *malandragem*, aos *estranhos* e ao *contágio de doenças*. (Chalhoub, 1990)

A única solução (e ainda muito atual!) era o desmantelamento, à força, dos locais de moradias das classes trabalhadoras, com o despejo. Tal medida se justificava por ser *técnica e científica*, e ainda, *legal e neutra*, como também *higienizava* a cidade de um *tumor maligno*. A racionalidade do discurso técnico constantemente mistificava a administração das políticas públicas, apresentando-se como verdades *eficientes, competentes*. Evitavam a discussão do porquê e a origem de tantas desigualdades sociais que inibe a cidadania e encobre a violência praticada pelo Estado. Vejamos um caso típico em 1964, na cidade de Campinas:

Polícia e Prefeitura, ... percorreram 128 malocas existentes na periferia da cidade conseguindo desfavelar 108, restando, ainda, 20 das visitadas que ... serão extintas. ... Quanto aos vadios e malandros, foram todos sindicados pela polícia e assinaram o termo de Tomar Ocupação, com prazo de 30 dias ... (Correio Popular. Campinas, 28.11.64)

A cidade, nos anos 60, até então sem favelas, começou a contabilizar o número de malocas, de barracos. Nos anos 70 e 80, as estatísticas mapeavam a quantidade de favelas. Nos anos 90, tornou-se comum a classificação diferenciada de favelas e também de ocupações urbanas. Sem falar nos cortiços, que persistem no município e região.

Segundo a Secretaria de Habitação de Campinas, no ano de 2000, para um total aproximado de 950 mil habitantes, cerca de 16,76% deste total, em torno de 165 mil moradores, vivem em 234 áreas ilegais, sendo 121 ocupações urbanas e 83 favelas.

As favelas são antigas e formaram-se aos poucos, através das migrações contínuas do campo para a cidade nos anos 60 e 70, principalmente. As ocupações urbanas, por sua vez, são compostas de trabalhadores urbanos desempregados que migram com suas famílias, regionalmente, em busca de emprego, quase sempre informal.

As ocupações urbanas, surgem na cidade em um ou poucos dias, não necessariamente querem a terra ocupada, mas abrir um canal de negociação com os

poderes públicos. As favelas, depois de décadas, estão organizadas a tal ponto que dificilmente é possível removê-las. As práticas de ocupações urbanas são processos contínuos mas, em sua maioria, terminam em despejos, com polícia.

Uma das grandes questões a serem investigadas com mais cuidado é a conhecida crença de que os problemas da habitação se resolveriam se a solução fosse criar trabalho formal para a maioria da população desempregada, promessa apregoada principalmente em períodos eleitorais. Esta saída não seria suficiente para resolver o problema do modo de vida provisório, da exclusão social, da falta de direito a moradia. Faltaria muito que discutir ainda entre os setores organizados da cidade, políticos e civis, como por exemplo, repensar a responsabilidade pública do capital imobiliário privado sobre o conjunto da cidade, como também o da Justiça, o da Polícia Militar e o da cultura autoritária de certas políticas municipais.

Nossa análise preocupou-se em demonstrar que há uma *ética do habitar* (Bachelard, 1988) entre trabalhadores sem teto, tanto quanto existe uma *ética do trabalho*, mesmo entre desempregados, questão amplamente debatida pela literatura das ciências sociais. (Duarte, 1986; Telles, 1992)

3. POR UMA DISCUSSÃO DA ÉTICA DO HABITAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A discussão da relação entre *casa e cultura*, ou da *ética do habitar*, inexistente como tema de investigação sistematizado nas ciências sociais e, apesar desta lacuna acadêmica, nos propusemos enfrenta-la a partir de múltiplas dimensões.

... haverá, ... uma figura que metaforize a dimensão ética da existência em toda a sua eficácia e eficiência? Recorrendo aqui explicitamente a Heidegger proponho a casa, a morada, o habitar. Já no plano etimológico, 'ethos' se refere tanto aos costumes como à morada, o habitar. Na verdade, hábitos e habitações compartilham a mesma raiz. (Figueiredo, 1995, p.3-4)

Tentaremos sintetizar nossa reflexão dizendo que a busca constante de uma "casa" ou "teto" se traduz em símbolos de identidades individuais e sociais, que se manifestam em questões humanas essenciais.

A dimensão subjetiva, emocional, associada ao "teto" contribui para proteger a individualidade, o *direito ao segredo* (Frayse-Pereira, 1993), a vida interior. Possibilita uma intimidade singular com nossos pensamentos e imaginação, envolvidos em lidar continuamente com a complexa e tensa relação que vivemos entre o mundo exterior e o mundo interior.

Por esta razão é tão comum, e quase sempre inconsciente, o desejo constante de uma "casa" durante toda a vida, desde os primeiros desenhos infantis. O indivíduo que nunca alcançar uma casa-mercadoria, mesmo assim "habitará" alguma "casa" de sua imaginação, que nunca será a mesma ao longo da vida, modificando-se continuamente com as mudanças do próprio sujeito imaginante. Esta é

uma das questões centrais para o entendimento dos movimentos sociais por habitação, muito embora pouco reconhecida socialmente, seja no plano do conhecimento, seja nos processos de organização política da sociedade civil ou no plano das políticas públicas.

A casa é um reduto, é seu canto. Eu acho que a coisa mais importante é a pessoa tá trabalhando e chegar na sua casa. ... Eu vou fazer isso. Vou fechar a minha casa todinha de muro! Um muro assim, de dois metros de altura, todo fechado e colocar um portão de ferro, todo fechado na frente. Pra mim sentar na área, olhar e falar: - "Bom, pelo menos eu tenho meu cantinho e ninguém vai me tirar". João

...qual é o cidadão que não pensa em sair de manhã pra trabalhar e ao retornar, ir para a sua casa, para o seu teto? Seu lugar de lazer e descanso. Eu estou batalhando pra isso. Mara¹²

O desejo de cada um aqui é ter sua casa. Agora, cada um quer de um jeito e a minha é diferente da dos outros. Eu quero do meu jeito e graças a deus, ninguém está pensando como eu. Só eu, sozinha. Ana¹³

A "casa" é sinônimo de família, de cultura; neste caso, o espaço auxilia diretamente na ordenação e transmissão de determinados valores e significados morais para a hierarquia e convivência familiar. (Thompson, 1993)

Eu quero um lugarzinho pra mim e pra ele., arejado e gostosinho. Eu quero é saber que eu tenho um lugar ... Na minha opinião é assim, não deve ser provisória [a casa], porque no meu caso, sempre é assim. Porque para um filho é importante uma educação. ... você ter como orientar ele. Porque ele mora com minha irmã. ... Cada um tem que ter a coisa dele. Ele está cansado de viver nas casas dos outros ... Mara

Normalmente os indivíduos criam devaneios de casa, de projetos de vida futura, revelados através de imagens, ou fragmentos de imagens (Bachelard, 1988). No caso dos sem teto da ocupação Vila Lúcia, simbolizou almejar uma existência mais digna, um vir a ser de sujeitos sociais, de cidadania. Todos resistem no modo de vida provisório habitando uma casa imaginada.

Sonho muito com o meu canto. É a minha casa. Um lugar grande, suficiente para ter o quarto dos meus filhos e o meu e da minha esposa. Bem dividido, bem organizado. ... É uma casa bem pintada, branca. Tem um muro alto, bem fechado, na frente tem grade. Eu imagino mais dentro dela. Cozi-

¹² Mara, 27 anos, solteira, sozinha na ocupação, tem um filho que ficou com a irmã casada. Estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Faxineira. Nasceu em Candeias, Bahia. Foi para a ocupação porque estava sendo despejada de casa, onde morava com a família da irmã e outros irmãos adultos.

¹³ Ana: 49 anos, viúva, com um dos oito filhos (adultos) na ocupação. Afirmo ter estudado sozinha e que mal sabe escrever o próprio nome. Foi costureira autônoma. Depois doméstica, desempregada. Nasceu em Fortaleza, Ceará. Morou em outras cidades. Admitiu ter sido despejada uma vez.

nha, banheiro, tem quintal. Na frente tem piso cerâmico, tem um jardim pequeno no meio do terreno, com margaridas plantadas. Eu vou plantar e acho que quem vai cuidar é a minha mulher. ... Eu me sinto feliz de estar no meu canto, sem estar incomodando os outros. ... Não, eu nunca comentei com ninguém. Se eu imaginei, eu não me recordo não. Mas, sozinho eu já imaginei. É que eu chego cansado aqui e de manhã saio para trabalhar. Não sobra tempo de falar. José

Não converso com ninguém isso. É uma coisa que eu carrego dentro do peito. Com quem eu falo assim, de vez em quando, é com o meu filho: "Olha filho, você já imaginou a gente ter a nossa casinha? Só eu e você? Pra gente ficar a vontade? Vai ser tão bom! Mas eu não falo com ninguém mais. Só nós dois". Mara

Ter algum lugar definido fisicamente, não necessariamente definitivo, que simboliza como 'seu canto no mundo', corresponde também pertencer ao espaço público, expressão da luta política coletiva para estabelecer e cultivar sociabilidades com o local de moradia (o bairro), se inserir no universo social por meio da cidade em que vive, ter direito de criar vínculos de pertencimento.

Entre os sem teto, significa também por fim ao sentimento de "estrangeiro", de "pária", de "inimigo" interno da sociedade brasileira, da "nação", questão que retomaremos adiante.

As políticas habitacionais do país não possuem qualquer relação com esta complexa cultura do habitar, presente em histórias, lembranças e símbolos de casas e de trajetórias familiares, reveladas também através do imaginário social dominante: o tão propalado "sonho da casa própria".

É preciso cuidado, porém, para não entendê-lo apenas literalmente, mas também de acordo com as múltiplas dimensões da *ética do habitar*.

Muitos autores representam a casa como uma *máquina* ou *aparelho de morar*; tais as proporções que podem atingir as contradições sociais na ocupação do espaço urbano. A casa, porém, não se restringe à idéia dominante de disputa por uma 'mercadoria' ou por uma realidade geométrica material. Não se reduz ainda às padronizações culturais sobre a divisão e uso do espaço interno da casa.

A complexa e dinâmica lógica cultural que sustenta a incansável luta por uma moradia, mesmo que ilegal, não tem praticamente nenhuma correspondência com a racionalidade das políticas públicas e de mercado, e nem com certas críticas acadêmicas, ainda muito restritas ao paradigma de análise exclusivamente institucional.

Como a grande maioria destes trabalhadores sem teto estão totalmente submetidos ao modo de vida provisório, portanto, vivenciando um despejo atrás do outro nas ocupações urbanas, enfrentam rupturas sociais diversas em suas histórias de vida. São perdas de relações sociais e institucionais como as de parentesco, de vizinhança, escolares, de saúde, religiosas, incluindo um sofrimento moral e psíquico profundo e continuado. É o "cansaço mental" segundo repetiu várias vezes um deles, mas esta realidade permanece devidamente ocultada pela vergonha familiar e pelas estatísticas oficiais ou de mercado.

No meu caso, eu tenho meus filhos pequenos e eles não tem como brincar. Porque todo canto tem perigo. .. tem que estar de olho e preocupado... é uma das coisas que mais incomoda. Não ter proteção. ... O medo da represália policial, que pode vir também e tirar à força. ... É o maior pesadelo, porque eu tenho meus filhos. Está sendo muito cansativo. É cansaço mental. Fico pensando... Todo dia quando eu vou dormir, eu penso. E sempre que estou em algum lugar parado, eu estou pensando. Esta incerteza é o cansaço mental, porque eu estou sempre pensando. ...As eleições estão aí, então fica uma incerteza. Será que depois que passar as eleições eles vão nos ajudar? Eles não vão mandar a gente pra debaixo da ponte, porque nós não temos lugar pra ir. José

Estamos muito longe de, efetivamente, avançar na resolução deste “apartheid social”¹⁴, uma vez que é insignificante o número de ocupações urbanas que podem contar com apoios e assessorias políticas permanentes, para resistir aos despejos e conquistar realmente o direito à moradia. Até o momento, o atendimento público continua precário, porque os trabalhadores sem teto não conseguem permanecer nos espaços segregados da cidade, definidos como “solução habitacional” para por fim às ocupações urbanas.¹⁵

Um dos argumentos principais que justifica o uso de ações indiscriminadas de despejo, é a acusação de que os trabalhadores sem teto querem, por opção, viver em ocupações urbanas. Não são poucas as autoridades que acreditam que as ações coletivas destes trabalhadores são “orquestradas” por um único ou poderosos grupos políticos organizados e “externos” ao seu meio, que “doutrinam” algumas lideranças para desestabilizar a ordem social, desmoralizar o governo em questão.

Campinas, como outras metrópoles de interior, tem uma periferia complexa, heterogênea, e a questão da moradia expressa esta realidade. Em nossa pesquisa sobre as ocupações urbanas nos anos 90, constatamos uma fragmentação social e político-ideológica grande em termos de organização coletiva, e mesmo de apoios políticos externos. Um outro número expressivo de ocupações urbanas sequer aceitam alguma interferência política externa à sua organização coletiva na periferia. Isto porque acreditam que terão menos barreiras em possíveis negociações com as autoridades públicas. E existem ainda aquelas ocupações que tem apoio público de diferentes grupos políticos, as vezes em disputa e, em geral, são as mais noticiadas pela imprensa local.

¹⁴ O Plano Plurianual da Prefeitura de Campinas (1998-2001) aponta 300 mil habitantes na faixa da pobreza ou miséria absoluta, em cerca de 900 a 950 mil do total de moradores da cidade. Em 1960, Campinas tinha 219.303 habitantes e 3.090 favelados. Em 1970, eram 41.673 favelados para 375.864 habitantes. Fontes: IBGE, Prefeitura Municipal de Campinas e Cohab.

¹⁵ Entre 1988 e 1990, ocorreram 43 ocupações urbanas. No início de 1994, eram 57 as áreas ocupadas ilegalmente, para além das 84 favelas da cidade, somando 100 mil pessoas. No ano de 1996, a média era de uma ocupação urbana a cada dois dias, chegando a 180 no total. De janeiro a março de 1997, estes números aumentaram em 33,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Dados da Prefeitura e Defesa Civil.

A segunda mistificação em torno deste problema, é a imagem que representa as ocupações urbanas sempre como composta por ‘gente de fora’ da cidade. Esta é uma afirmação tão antiga quanto o surgimento das favelas no país ou em Campinas. A pesquisa e o arquivo do noticiário local e regional demonstram exatamente esta repetição do esteriótipo.

Se estes trabalhadores sem teto são sempre “de fora” de qualquer cidade do país, então devemos entender que eles são de lugar nenhum, de um não-lugar, não são “nacionais”. Portanto, devem receber tratamento de “invasores” de terra, no caso, simbolicamente, também “invasores” da “nação”.

Simmel (1983), chamou este tratamento social de *fenômeno do estrangeiro*, grupos sociais que podem ser eleitos como “inimigos internos” da própria sociedade. Para este autor o que se rejeita no Outro são os atributos genéricos da pessoa humana, não se permite conhecê-los. O que se estabelece é uma não-relação, porque o grupo rejeitado não é considerado parte da sociedade em que vive.

Os trabalhadores sem teto percebem perfeitamente esta discriminação, esta espécie de “expatriamento” cultural, o sentido de “estrangeiro” que lhe é dado, principalmente no momento concreto da expulsão, do despejo. Como acumulam várias experiências deste tipo em suas histórias de vida familiar, resta pensarmos sobre as conseqüências sociais, inclusive a violência, para o conjunto da cidade.

O despejo é quando uma pessoa joga a outra na rua. Mete o pé e deixa jogado na rua. Como uma pessoa que não tem valor... Despejar você de um lugar é a mesma coisa que falar que você não tem condições de sobreviver. Sabe, é um negócio esquisito. ... O despejo é a mesma coisa de uma pessoa pegar você e mandar você embora do país. ... Despejado porque?! Você pensa: - “Eu não precisava disso. Eu posso ter a minha casa!”. Só que a partir do momento que você é despejado e diz: “Eu posso ter a minha casa”, você está mentindo pra você mesmo. Está se iludindo, pois você não pode ter a sua casa, enquanto tiver essa política. É a partir das ocupações que você está contribuindo... uma ocupação não é querer a terra de graça.. Ninguém está pedindo nada pra ninguém. Pra não existir o despejo, teria que Ter uma bruta política habitacional, coisa que a gente não tem aqui. Então, a ocupação o que é? É a pressão pra eles tá agilizando essa negociação. João

Talvez possamos enfrentar melhor esta brutal realidade, quando nos dermos conta do que perdemos também em termos das significações imaginárias e simbólicas de casa e, conseqüentemente, da importância da *ética do habitar* na vida de todos os indivíduos.

Trata-se de um patrimônio histórico-cultural incalculável, possível graças à diversidade da criatividade humana e destruído pelas sociedades industriais modernas, posto que as prioridades das relações de mercado e do Estado são ditadas a partir do exterior dos princípios éticos e morais que organizam a vida dos homens em sociedade.

4. QUEM "INVADE" QUEM

Por tudo que discutimos até o momento, temos que indagar sobre os possíveis significados de "sem teto" no contexto das ocupações urbanas e da moradia provisória no Brasil. Tal denominação, política e social, utilizada de forma corrente para identificar - sempre pela negação - os trabalhadores que se organizam para habitar a cidade de forma ilegal e precária, precisa ser melhor problematizada.

Podemos dizer que um "sem teto" significa, em termos da discussão da subjetividade, um indivíduo "disperso", aquele que sofre de "aflições psicológicas" porque se sente sem pouso, repouso, sem intimidade consigo mesmo e com o espaço da cidade que nasceu ou escolheu para viver.

Retomando, se tomarmos o conjunto das lutas por ocupação de terra urbana, que se multiplicaram nas últimas décadas no país, teremos demonstrações concretas da intenção dos trabalhadores sem teto em enfrentar e transformar a lógica das políticas públicas urbanas tradicionais, mesmo que em condições politicamente frágeis, fragmentárias. As raízes explicativas são históricas, mas recentemente a exclusão social foi agravada pelo modelo econômico neoliberal e pela adesão indiscriminada do país à globalização.

A ironia disto tudo, sabemos, é que os processos de ocupação urbana dificilmente conseguem romper o círculo vicioso de uma espécie de ritual do "ocupa-despeja", quase sempre com polícia, que assistimos impotentes, dia após dia, inclusive pela grande cobertura da mídia. (Ferraz, 1994)

Porém, a dinâmica e extrema dominação das estruturas econômicas, políticas e repressivas sobre suas existências não são fatores explicativos suficientes para entender esta dramática realidade.

A provisoriidade como modo de vida deve ser entendida como práticas sociais disciplinares tão relevantes quanto os debatidos processos de sedentarização nas ciências sociais, cujos objetivos são os de segregar, impor a fixação de espaços aos habitantes pobres da cidade. (Perrot, 1988)

Os dois tipos de projetos disciplinares não são socialmente excludentes, mas complementares entre si para a racionalização do capital e o uso instrumental dos espaços urbanos, desde o surgimento das cidades modernas (Matos, 1982). O que predomina é a noção burguesa de fixação espacial da moradia, de propriedade privada, o que acaba hegemonizando as significações sociais do que vem a ser o "habitar" para o conjunto das classes sociais.

O problema não está em definir qual é a pior dominação institucional, sedentária ou provisória. Mas sim entender que a luta dos sem teto pelo direito à cidade, supõe o direito de desenvolver uma relação de *permanência* (Bachelard, 1988) com o espaço urbano, marcado por uma complexa diversidade cultural, por contradições entre múltiplas moralidades, éticas do habitar. A *permanência* não pode ser entendida como uma luta dos sem teto por uma fixação espacial ou temporal para obter uma moradia definitiva, mas uma necessidade por construir

referenciais constantes com a vida subjetiva e sócio-político-culturais. Desse modo, é preciso discutir a gravidade do problema habitacional do país para além das políticas públicas que se restringem às “alternativas” de programas para a “casa própria”.

Se o cidadão não pode se relacionar ou ter acesso às políticas públicas, independente do tipo de moradia (legal ou ilegal) em que vive, então está proibido, na prática, de criar raízes para a sociabilidade, está privado do direito de ocupar-se diariamente de si como indivíduo, da família e de partilhar da cultura de sua sociedade.

Na linguagem oficial, legal, os trabalhadores sem teto são “invasores”. A grande questão é que este termo inverte totalmente a forma que nos é dada a conhecê-los, uma vez que são os trabalhadores sem teto os invadidos em sua dignidade humana, subjetiva, social e política. Na verdade as ocupações urbanas são resistências coletivas contra o extremo da exclusão social: evitar transformarem-se em moradores de rua. (Vieira, 1992; Bezerra & Maffei, 1992)

Aliás, nas reflexões sobre as possibilidades e impossibilidades de existência do Indivíduo ou Sujeito na sociedade contemporânea, os trabalhadores sem tetos e moradores de rua, são alguns dos setores sociais que mais expressam aquela parte da “modernidade”, da “civilização” que não se discute. Vivem as consequências da invasão cotidiana do descontínuo, da fragmentação, do saber especializado que desumaniza o social. (Augusto, 1993; Paiva, 1997)

Enquanto a associação casa-cidade continuar sendo ignorada como força simbólica e cultural atuante, desencadeadora de uma complexa rede de práticas sociais, as políticas públicas continuarão sem entender a persistência do desejo de todos aqueles sem teto que tem a tarefa de prover seus descendentes de um saber-fazer para, literalmente, sobreviver nas tramas e na da “ocupação” da vida social. Retomam incansável e praticamente do mesmo ponto, o processo de tentativas, de seus pais e antepassados, na luta pelo que chamam de “sonho da casa própria”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A força que nasce de nós: a luta nos bairros vista por quem dela participa.* São Paulo: Grupo de Educação Popular (GEP)/Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP (URPLAN), 1982. (Cadernos do Trabalhador).
- AKOUN, André. *Dicionário de Antropologia: dicionários do saber moderno.* Trad. Geminiano C. Franco. São Paulo: Guerra/Visu, 1983.
- ALENCASTRO, Leonora Ulrich de. A produção e o consumo: a cidade como espaço de segregação. In: _____. *Política urbana: a produção e o consumo da cidade.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- ANTUNIASSI, M. Helena Rocha. Família camponesa na bibliografia sócio-antropológica sobre o meio rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida. *Cadernos CERU*, série 2, n.5, 1994.

- AUGUSTO, Maria H. O. O indivíduo na teoria social e na literatura: o momento contemporâneo. *Cadernos CERU*, série 2, n.4, 1993.
- Arranjos familiares e ciclos de vida das famílias metropolitanas de São Paulo entre 1985 e 1993: pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE/DIEESE, 1995.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BERLINCK, Manuel T. *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. Alexandre e seus irmãos: psicanálise de Pixotes? In: RODRIGUES, Sérgio Aldo; BERLINCK, Manuel T. *Psicanálise de sintomas sociais*. São Paulo: Escuta, 1988. p.87-98.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BONDUKI, Nabil. *As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- BRESCIANI, M. S. M. Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n.11, set. 1985, fev. 1986.
- BRUNI, José Carlos. Há uma crise nas Ciências Sociais? In: M. NETO, José Castilho; LAHERTA, Milton (Orgs.) *O pensamento em crise e as artimanhas do poder*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 1988.
- _____. Tempo e trabalho intelectual, projeto de pesquisa. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.3, n.1-2, 1991.
- _____. O presente como desafio. *Cadernos CERU*, série 2, n.4, 1993.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas: trabalhadores*. São Paulo: *Publicação da Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth/Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo*, n.6, 1990.
- CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- DAGNINO, Evelina. On becoming a citizen: the story of Dona Marlene. In: Migration and Identity. Special Editors Rina, Benmayor and Skotnes. *Internacional Yearbook of Oral History and life stories*. Oxford University Press. 1994. Vol. 3. p.69-84.
- DE PAOLI, Tércia Pilomia. *Favela código cidade: o muito falar e o não fazer é suar em vão, assembléia do povo - 1980-1986*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) - Departamento de História do IFCH, Universidade Estadual de Campinas.
- DOSSIÊ modos de vida. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.4, n.1-2, 1994.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Ed. Brasília/CNPq, 1986.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, v.3, n.10, p. 24-30, out. 1984.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: textos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. V. 2. p.39-116.

- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, v.2, n.4, p. 11-23, abr. 1984.
- EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairro e estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Cidade, povo e poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1985. (CEDECD/Paz e Terra, v. 5).
- FAMÍLIAS chefiadas por mulheres: pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: SEADE, 1993.
- FARIA, L. de Castro. Origens culturais da habitação popular do Brasil. *Boletim do Museu Nacional. Antropologia*, n.12, 1951.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida: os 'justiceiros'. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.4, n.1-2, 1992.
- FERNANDES, Doraci A. L., OLIVEIRA, Sandra V. de Reflexões sobre a experiência de um jornal popular na periferia de Campinas. In: MELO, José Marques de (Coord.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980. p.57-75.
- FERRAZ, Sonia Maria Taddei. O espetáculo telejornalístico das lutas pela moradia. In: XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18, 1994, Caxambu- MG, 23 a 27 de novembro.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. Foucault e Heidegger: a ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.7, n.1-2, 1995.
- FISCHER, Tânia. *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FRAYSE-PEREIRA, João A. Do império do olhar à arte de ver. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.7, n.1-2, 1995.
- _____. Identidade e modernidade: o lugar do segredo. *Cadernos CERU*, série 2, n.4, 1993.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Antropologia, modernidade, identidade: notas sobre a tensão entre o geral e o particular. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.5, n.1-2, 1994.
- _____. Cultura, dominação e sujeitos sociais. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.5, n.1-2, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do Século XIX. *Ciências Sociais Hoje*, 1988.
- HILLMAN, James. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- HOLANDA, Aurélio B. de; J., E. M. M. (Eds.) *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- INVASORES e favelas [debate]. *Espaço e Debates*, v.2, n.5, p. 127-46, mar./jun. 1982.
- JACOBI, Pedro Roberto. Exclusão e lutas pelo direito à moradia. *Espaço e Debates*, v.2, n.7, p. 53-69, out./dez. 1982.
- QUE HISTÓRIA é essa? São Paulo: Grupo de Educação Popular (GEP). Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP (URPLAN), 1984. (Coleção *Cadernos do Trabalhador*). p.6-15.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.4, n.1-2, 1992.
- LOPES, Doraci Alves. *O movimento da assembléia do povo e a crítica da 'marginalidade'*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. *Marginais da história?* Campinas: Alínea, 1997a.

- _____. *Trabalhadores sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana*. São Paulo, 1997b. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- _____. Ética do habitar e trabalhadores sem teto: desafio metodológico. *Revista Humanitas*, v.2, n.1, p.42-63, mar. 1999.
- LOPES, J. S. L. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: ____ (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1978. p. 53-101.
- MATOS, Olgária C. S. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço e Debates*, v.2, n.7, p.45-52, out./dez. 1982.
- MONTES, Maria Lucia Aparecida. *Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular*. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo.
- PAIVA, Rita. *Uma inserção no universo bachelardiano: o alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
- PAOLI, Maria Célia. A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado. In: HOGAN, Daniel J. et al. *Cidade: usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p.31-53.
- PAOLI, M. C.; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n.6, p.129-149, 1984.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (Org.) *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH-FAPESP, 1994.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, v. 18).
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro de informação viva*. São Paulo: CERU/FFLCH-USP, 1983. (Coleção Textos, 4).
- _____. Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: SIMSON, Olga R. M. von (Org.). *Experimentos com história de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988. p.14-43.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. Importância da política municipal na luta dos trabalhadores. In: DALLARI, Pedro et al (Orgs.). *Política municipal*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1985. p.27-31. (Tempo de Pensar, v. 3).
- SANTOS, Nelson F. dos. Está na hora de ver as cidades como são de verdade. *BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.21, p.59-63, jan./jun. 1986.
- _____. Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.) *Coletânea*. São Paulo: Ática, 1983.
- TAUBE, Maria José de Mattos. *Pobre é que nem abelha, cada dia zune canto: estudo de processos migratórios e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais*. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

- TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade São Paulo.
- _____. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, n.19, p.8-21, jul./dez. 1993.
- THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 2.ed. São Paulo: Pólis, 1981. (Coleção Teoria e História, v. 6).
- THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. *Ciências Sociais Hoje*, p. 9-19. 1993.
- _____. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: _____. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- TRASFERETTI, José Antonio. *Deus na vida - Deus no Povo: a espiritualidade dos militantes da Assembleia do Povo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VALLADARES, Lícia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. *BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.11, p.25-49, jan./jun. 1981.
- _____. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; MAFFEI, Cleisa Moreno. *População de rua: quem é, como vive e como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1992.

Abstract: This article discusses the ethics of living among homeless and unemployed urban workers. It questions the invisibility of their social experiences and their representations of living. It also points out the necessity of improving systematic social studies about this subject in the Brazilian society.

Keywords: eviction, ethics of living, homeless workers.